

Comissão legislativa não fará anteprojeto

A Comissão do Poder Legislativo que irá debater a Assembléia Nacional Constituinte, de acordo com o deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) que a idealizou, não tem como objetivo apresentar um anteprojeto de Constituição já pronto. Ela deverá ir ao encontro dos diversos segmentos sociais para ouvir deles as suas principais reivindicações, que seriam depois entregues ao candidato nas eleições de 86 que lhes representassem. Por isso, de acordo com o parlamentar, há a necessidade de uma infra-estrutura bem organizada, dinâmica e a melhor possível. O deputado acredita que na verdade ela será composta por 70 membros, pois ele pretende convidar as entidades representativas de toda a sociedade para que participem da Comissão.

A lista anteriormente divulgada de 32 membros será alterada. A sua real composição será conhecida hoje. A modificação foi reivindicada pelas 7 deputadas com assento na Câmara. Mais especificamente, a deputada Mirtes Bevilacqua (PMDB-ES) telefonou para Alencar e pediu representatividade para as mulheres, com isso, serão escolhidas duas parlamentares. Todos os demais partidos estão representados e os seis pequenos partidos recém-criados — PL, PCB, PDC, PS — serão representados pelos deputados Sebastião Nery (PSB) e por Haroldo Lima (PC do B).

Alencar Furtado pretende que a comissão seja responsável por um processo de conscientização política nacional, onde os beneficiados, além da própria sociedade, seriam os próprios políticos que tomariam conhecimento *in loco*, de todos os problemas dos seu eleitorado. Para isso, Alencar — que deverá ser o presidente da Comissão por ter sido o seu idealizador —

está reivindicando até mesmo um computador para realizar os trabalhos da comissão.

Ao ser indagado se com a participação de entidades representativas da Sociedade na discussão dos temas que seriam discutidos pela Constituinte — diminuindo a distância que vem sendo reclamada pela falta da participação do povo na composição do que acabou sendo denominado de Congresso-Constituinte — Alencar afirmou que «deve ser minimizada a discussão da parte formal e se dar maior atenção ao valor substancial da Constituinte».

Enquanto a Comissão de Legislativo não irá elaborar nenhum anteprojeto de Constituição, mas apenas apresentar as reivindicações de toda a sociedade, Alencar lembra que a criada pelo Poder Executivo, e presidida pelo jurista Afonso Arinos, se limitará a dar uma contribuição técnico-jurídico para a Assembléia Nacional Constituinte.

As discussões serão realizadas em todo o País com a participação das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais. O deputado quer ainda a colaboração da Igreja, Sindicatos, enfim um comprometimento das mãos do povo no processo constituinte. Além das discussões nos Estados, seriam realizados debates na própria Câmara dos Deputados. Animado, Alencar prevê que a comissão deverá ser instalada apenas na próxima semana, devido aos problemas que enfrenta para conseguir organizar a sua infra-estrutura, apesar da boa vontade que vem encontrando do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e do seu secretário-geral da Mesa-diretora, Paulo Afonso.

Duas fórmulas para a Constituinte

Um Congresso eleito só para elaborar a Carta Constitucional, ou Constituinte com o atual Congresso e eleições em seguida. Essas são as duas fórmulas do cardeal Aloisio Lorscheider para que a nova Constituição brasileira não represente apenas os interesses das classes privilegiadas. «A única forma de a próxima Constituinte não ser apenas o reflexo dos currais eleitorais», afirmou o cardeal.

Dom Aloisio, que se encontra em Brasília para a reunião do Conselho Permanente da CNBB (o alto comando do episcopado brasileiro) lembrou que a Igreja reivindica uma Constituinte «com a participação ampla de todos os segmentos sociais e movimentos populares», lamentando o fato de que essa proposta esbarra, «na cabeça estereotipada dos juristas e é apenas um sonho nosso».

Ele é contrário à interferência do Congresso Nacional na Constituinte, lembrando que se a nova Carta for elaborada pelo mesmo congresso que vai continuar após a aprovação da Constituinte, «eles, evidentemente, vão legislar em causa própria, porque ninguém vai votar contra seus interesses. E isso — ressaltou — não é verdadeira democracia. É uma Constituinte de currais eleitorais».

Por sua vez, o bispo-auxiliar de Curitiba, dom Albano Cavallin, reivindica a participação da Igreja em pelo menos três problemas da Constituinte: Terra, Família e Ensino Religioso. Essa participação, segundo dom Albano colocaria em evidência a questão da educação religiosa como educação política, prática que já vem sendo seguida pelos grupos de animação da Igreja.

ANC 88
Pasta 08/85
114/1985